

O MERCADO DA SOJA: EVOLUÇÃO DA *COMMODITY* FRENTE AOS MERCADOS INTERNACIONAL E DOMÉSTICO

Autora: Juliana Padovani Valarini

Orientadora: Mônica Yukie Kuwahara

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da produção de soja no Brasil, bem como sua importância e as possibilidades de sua inserção competitiva no mercado internacional, através de análises quantitativas e comparativas da produção. Em particular, o artigo procura mostrar como se iniciou e se expandiu a produção ao longo dos anos, passando a representar uma substancial parcela das exportações nacionais, conquistando cada vez mais parcela do mercado internacional, resultando no crescimento da produção, produtividade e geração de divisas ao Brasil. Além disso, busca apresentar dados da elevação da produção, condicionada pela tecnificação da agricultura nacional, que é fundamental para a geração de competitividade e aumento das exportações, gerando divisas ao país, bem como busca discutir a forma de atuação do Estado na formulação de políticas em prol da produção interna e comercialização externa.

Palavras-chave: Competitividade, Mercado de soja, Inovação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procurou descrever a evolução da produção e da comercialização da soja, analisando dados de expansão da fronteira agrícola bem como a evolução dos preços e custos ao produtor, a fim de se demonstrar as vantagens comparativas da produção da soja frente a outras oleaginosas e sua inserção competitiva no mercado internacional.

A soja é a mais importante de todas as oleaginosas produzidas no Brasil. A expansão da sua cultura verifica-se a partir de 1951, com a primeira “Campanha da Soja”, e desde então tem apresentado crescimento constante em virtude da demanda crescente (GRAZIANO, 1997, p. 457).

O aumento da procura pela soja em todo o mundo deveu-se a diversos fatores, não só pelas formas de consumo, que se estendem desde a alimentação humana e animal até a indústria farmacêutica e siderúrgica, como também devido a condições de cultivo e a remuneração do produtor a patamares mais elevados em relação a outras oleaginosas, que geram vantagens competitivas de preços aos consumidores e expandem o mercado mundial.

Dada a crescente importância da produção da soja, verifica-se até hoje uma busca de ingresso ao mercado cada vez mais acirrada. Para tanto, crescem as estratégias competitivas em busca de reduções de custos da *commodity* para obter níveis elevados de eficiência produtiva, tanto em qualidade quanto em *quantum*, atendendo adequadamente às necessidades do mercado interno e obtendo resultados positivos no mercado externo, frente à competitividade, que gera a busca incessante do aumento de produtividade.

Para aumentar a produtividade, visando a redução de custos, o melhor instrumento a ser utilizado, segundo Joseph Schumpeter, é o incremento da tecnologia como fator de mudança estrutural da agricultura e fonte de especialização desta, além dos ganhos de escala e aumento da produtividade dos insumos, que também elevam a produtividade.

Mudanças na política agrícola, voltadas primordialmente aos subsídios também são claras fontes de mudanças estruturais na agricultura, assim como a regionalização da produção, a fim de se concentrar a produção, além da internacionalização das atividades produtivas e a ocupação dos segmentos de maior valor agregado, sobretudo nos serviços alimentares, favorecendo o aumento da produtividade e qualidade do produto.

Há ainda a utilização de variedades transgênicas na produção, que geram maior rendimento e resistência da planta a doenças, como forma de aumentar a qualidade da produção, a fim de expandir a produtividade por unidade de planta e gerar maior aproveitamento das sementes (PAULA e FAVERET, 2005, p. 10).

Verifica-se, portanto, que a competitividade provoca a transformação na agricultura a fim de aumentar a produtividade em prol da melhoria econômica da produção. A mesma competitividade, porém, provoca o surgimento de práticas protecionistas que vêm a dificultar a comercialização, frente às barreiras que impedem o aumento das exportações via restrições à entrada de produtos em alguns países.

Estas práticas, muito utilizadas por países desenvolvidos, reduzem o crescimento do mercado para outros países, inibindo a concorrência através de medidas que inviabilizam ou impedem o desenvolvimento da atividade nos demais países, a fim de manter maior parcela do mercado, onde alguns países utilizam, excessivamente, instrumentos de proteção da agricultura a fim de ganhar espaço frente aos concorrentes e aumentar os lucros.

A fim de avaliar a lucratividade da soja, deve-se analisar os preços e custos de produção. Quanto ao preço doméstico da soja, este é influenciado pelas variações que ocorrem no mercado internacional, sendo que o país não é formador de preços desse produto e, sim, tomador de preço no mercado externo, o que nos leva à conclusão de que o comércio internacional da soja é de grande importância para a evolução da economia interna deste bem.

Há tendência altista dos preços em anos recentes, quando comparados aos anos onde havia pouca introdução de tecnologia e pouco enfoque na produtividade total dos fatores, que compara o produto ao uso combinado de todos os recursos, o que comprova a evolução do mercado da soja quando são introduzidos estes fatores na atividade produtiva, favorecendo a conclusão de que o nível de atividade torna-se expansivo, gerando maiores lucros sob tais medidas.

Diante da problemática previamente colocada, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo geral analisar a evolução da produção da soja brasileira e avaliar as possibilidades de sua inserção competitiva no mercado internacional. Em termos específicos procurou (1) Analisar os fatores que proporcionam o crescimento do setor; (2) Avaliar o grau de competitividade e de inserção no mercado; (3) Analisar as políticas adotadas no setor agrícola; (4) Avaliar a participação do comércio de soja quanto à geração de divisas para o Brasil.

Para analisar a evolução da cultura da soja, foi utilizada a análise quantitativa e comparativa da produção em anos recentes na qual avaliaram-se os resultados obtidos, em valores e ganhos de eficiência, em relação à produção de anos remotos, com a utilização da pesquisa de custos e preços de mercado, verificando-se, assim, a evolução da cultura desta oleaginosa com a introdução da inovação no setor agrícola e qualificação da estrutura produtiva.

Como resultados verificam-se o crescimento da importância da cultura da soja ao longo dos anos, bem como a expansão da fronteira agrícola, da produção e produtividade, crescimento do comércio mundial, e o aumento da geração de divisas ao Brasil.

1. A evolução da cultura da soja

A soja, originária da China Antiga, já demonstrava ser um importante bem de consumo há mais de cinco mil anos atrás, quando se constituiu na base alimentar do povo chinês, sendo considerada um dos cinco “grãos sagrados” essenciais à estabilidade desta civilização, o que já demonstrava ser um produto de grande importância ao consumo daqueles tempos (AGROMIL, 2006).

Sua variedade cultivada nos tempos modernos mostra-se muito diferente daquela verificada nos primórdios da sua produção, cuja característica, com o passar do tempo, tornou-se mais apropriada à produção e ao consumo, através de modificações genéticas, tendo esta se difundido entre diversos países do leste da Ásia. Contudo, apesar da difusão da produção nesta região, somente na segunda década do século XX é que ela passa a gerar interesse nas demais regiões devido ao teor de óleo e proteínas contidos no grão, tendo as indústrias mundiais passado a investir na utilização da oleaginosa como matéria-prima de diversos produtos (AGROMIL, 2006).

No Brasil, a expansão da sua cultura verifica-se a partir de 1951, com a primeira “Campanha da Soja”, em trabalho conjunto da Secretaria da Agricultura e do Sindicato da Indústria de Óleos Paulista (GRAZIANO, 1997, 458). Porém somente ao final da década de sessenta é que o Brasil passou a se interessar pela produção de soja, por ser este um produto comercialmente importante, em virtude de fatores que mais tarde influenciariam o mercado e a produção mundiais como a capacidade de produção doméstica e a intensificação dos métodos produtivos.

A produção de soja no Brasil se permitiu por três fatores: em primeiro lugar, o principal produto de exportação agrícola até então vigente (o café) apresentava um declínio de produção e comercialização no mercado mundial. Em segundo, o trigo era a principal cultura do Sul do Brasil, e a soja surgia como uma opção de verão, em sucessão ao trigo nestas épocas do ano. E, por fim, nos anos 60, o Brasil iniciava um esforço para a produção de suínos e aves, o que gerou maior demanda por farelo de soja para ser usado como base da alimentação dos animais (SECEX, 2002).

Isso demonstrava que o comércio da soja poderia tornar-se muito mais importante economicamente para o Brasil, fazendo parte da pauta de exportações agrícolas do país. Isto estimulava o governo a provocar o incentivo à produção agrícola, principalmente após o choque do petróleo na década seguinte, que estancou as exportações do setor industrial, fazendo com que houvesse a necessidade de se colocar novos produtos no mercado externo (EMBRAPA, 2006).

O aumento do preço da soja no mercado mundial, em meados de 1970, estimula ainda mais os agricultores e o próprio governo brasileiro. Desde então, o Brasil passou a investir em tecnologia para a adaptação da cultura às condições brasileiras (processo liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e passa a competir na comercialização do mercado mundial de soja (MAPA, 2006).

Com isso o cultivo do grão tomou proporções mundiais e iniciou-se, a partir de então, uma corrida pela expansão dos mercados e aumento das exportações, gerando incremento da produção agrícola com novas tecnologias e ampliação das pesquisas no setor.

Assim, os produtos do complexo soja (que engloba grão, farelo, óleo bruto, óleo refinado e outros óleos), assumem grande relevância quanto à geração de divisas para o Brasil, tendo representado 8,26% da receita total média auferida no período 1998-2000, podendo-se afirmar que o segmento reveste-se em suma importância, não somente para a entrada de divisas via Balança Comercial, como também em termos de geração de renda doméstica entre os diversos segmentos da cadeia agro-industrial, atuando como importante elemento introdutor do processo de desenvolvimento econômico brasileiro (SOUZA; MARGARIDO, 1998).

Em vista disso, o mercado mundial da soja expandiu-se enormemente, sendo este definido como uma relação de comercialização mundial do produto, abrangendo extensas formas de atuação dos agentes frente à expansão da produção e das vendas. Isto promoveu um impulso à atividade produtiva, a qual se tornou cada vez mais importante aos países que desenvolveram tecnologias de produção eficazes, permitindo que se gerassem ganhos produtivos promovendo aumentos de exportação e de geração de riqueza.

1.1. Da queda do café à ascensão da soja

A cultura da soja tornou-se economicamente importante para o país a partir da década de sessenta, pois, neste período, havia a necessidade de geração de divisas ao país via exportações, e este se tornou um produto utilizado em substituição a outros produtos que se encontravam enfraquecidos na pauta das exportações brasileiras, destacadamente a do café.

Durante a década de cinquenta, no segundo governo Getúlio Vargas, a política econômica passara por situações que enfraqueceram a base de exportação agrícola do café, que foram agravadas por condições climáticas e campanhas de redução do seu consumo no mercado externo.

No início de 1954 as perspectivas da evolução do setor externo da economia brasileira pareciam favoráveis, havendo certo otimismo do governo em relação às receitas a serem geradas pelo café, o que tirava o setor da pauta das prioridades do governo em detrimento de outras causas mais urgentes. Porém, apesar da boa posição das exportações, o mercado de café começou a retrair-se durante o período, partindo-se de informações recebidas de várias áreas produtoras que indicavam condições meteorológicas desfavoráveis ao cultivo (VIANNA, 1990, p. 143).

Isso provocou um rápido e grande aumento das cotações do café, o que levou a um estopim de violenta campanha, desencadeada nos Estados Unidos, contra a especulação e o consumo do café, dados os altos preços do mercado. Assim, através da imprensa, os consumidores eram estimulados a consumir menos café e adotar produtos substitutos, o que fez as exportações brasileiras diminuírem abruptamente.

Isso levou o país a um colapso cambial difícil de ser controlado, pois a produção de café era responsável por 60% das receitas de exportações brasileiras, e a demanda do produto no mercado mundial possuía baixa elasticidade (VIANNA, 1990, p. 146).

Em seguida, o governo Café Filho tenta recuperar a produção cafeeira, acabando com a política intervencionista até então vigente, acreditando que a queda dos preços do café no mercado internacional beneficiaria o Brasil através da eliminação dos produtores menos eficientes, mesmo havendo divergências por ser o café um produto de demanda inelástica (PINHO NETO, 1990, p. 156). Em consequência disto, houve redução ainda maior da receita de divisas do país, e a produção não tendia a se recuperar.

Durante o mandato de Kubitschek (1956-1961), o setor agrícola foi ainda mais prejudicado. A política desenvolvimentista adotada fez com que o setor sofresse uma série de medidas discriminatórias, tais como sobrevalorização cambial, impostos, cotas de exportação e tarifas de importação, sendo estas responsáveis por um drástico processo de transferência de renda do setor primário da economia para os demais.

Verifica-se então que a política agrícola foi sendo gradativamente deixada de lado, em favor de uma política mais intensa de industrialização e, somente a partir da segunda metade da década de sessenta é que a agricultura passou a ser beneficiada com políticas de incentivo à produção e a introdução da tecnologia no campo, estimulada também pela oferta de crédito, passando-se a utilizar em larga escala a maquinaria rural.

A partir de então se verifica na agricultura brasileira um processo de transformação tecnológica que induz um uso mais intensivo da mecanização, aumentando substancialmente a produtividade do trabalho, incorporando o uso de fertilizantes e defensivos e, finalmente, o uso de variedades geneticamente melhoradas, processo que ficou conhecido como “revolução verde” (GRAZIANO, 1997, p. 463).

Contudo, a queda da receita proveniente das exportações de café já demonstrava não mais ter este a mesma importância que tivera no passado, estando os produtos manufaturados muito à frente dos agrícolas nas metas de lucratividade do país.

Na segunda metade da década de setenta, os efeitos da quadruplicação dos preços do petróleo de 1973 foram desastrosos. Enquanto o mundo todo entrara em recessão, o Brasil investia no desenvolvimento para escapar à crise e minimizar as diferenças econômicas do país em relação aos países desenvolvidos, mas as exportações em geral declinaram e a única forma de se conseguir mantê-las em alta era investindo na exportação de produtos primários, já que os demais países estavam contraindo suas importações de bens de capital.

Como o café estava com seus preços em baixa e não mais gerava grandes remessas de lucro, surge a soja como um produto potencial na pauta de exportações agrícolas, cujo mercado crescia em todo o mundo e sua utilização estava sendo difundida em diversos ramos da atividade produtiva.

Diante da alta do preço internacional da soja na década de setenta, o governo opta por favorecer sua inserção competitiva no mercado mundial, e a demanda por soja passa então a mostrar tendência altista nas indústrias alimentícias mundiais para a produção de óleo e gorduras hidrogenadas, e favorece ainda mais o consumo, devido à ampliação da utilização do complexo.

Além disso, o fato de a planta já estar adaptada às condições climáticas brasileiras, proporcionava vantagens qualitativas à produção, promovida pela tecnologia de modificação genética da planta. Novas políticas de desenvolvimento favoreceram o setor agrícola, através de uma maior tecnificação do setor e investimentos em pesquisa que geram maior capacidade produtiva e melhor qualificação do produto, visando elevar a demanda mundial e aumentar as exportações para promover maior entrada de divisas ao país.

Desta forma houve expansão da fronteira agrícola no Brasil, e em virtude do aumento da qualificação produtiva da última década, esta tem mostrado um resultado mais acentuado, como pode ser visualizado na figura 1. Entre as safras de 1990/91 e 1999/2000, a área plantada demonstrou um crescimento de 38,65%, enquanto entre 1999/2000 e 2004/05, metade do período considerado anteriormente, o crescimento foi de 72,5%, o que demonstra o crescimento acentuado da atividade produtiva nos últimos anos.

A atratividade do setor, juntamente com o potencial de expansão brasileiro permitiram este crescimento, favorecendo o incremento da produção e a expansão das exportações nacionais, possibilitando uma maior entrada de divisas ao país.

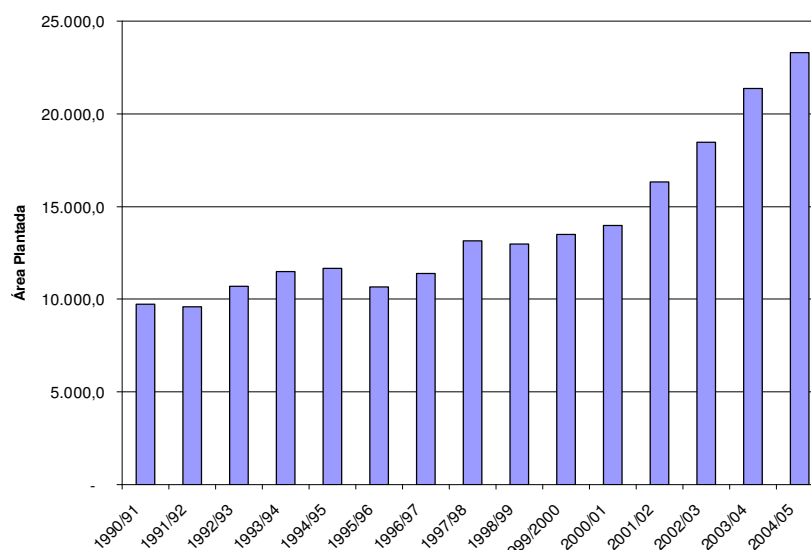


Figura 1: Evolução da área plantada da soja no Brasil (1000ha)

Fonte: CONAB

O crescimento da produção ocorreu de forma rápida já no início dos anos 70 e atingiu um pico em 1989, com um montante de 24.071.360 toneladas, que caiu no início da década de noventa (abaixo dos 20 milhões ton/ano), mas recuperou-se progressivamente, até superar a marca de 50 milhões de toneladas em 2003, numa tendência ascendente devido às inovações e aos novos incentivos governamentais, como pode ser visualizado na figura 2 (IPEA, 2006).

Com o aumento da capacidade produtiva brasileira, já em 2003 ele coloca-se na posição de segundo maior produtor mundial de soja, representando 25% da safra mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, posição esta que ocupa até hoje (CONAB, 2005).

Em virtude dos melhoramentos da produção através de investimentos tecnológicos, da utilização de sementes transgênicas por alguns produtores, do melhoramento do solo e da utilização de fertilizantes mais eficazes, a produtividade também aumentou no decorrer dos anos, contribuindo para ampliar a inserção do Brasil no mercado mundial de soja, e possibilitando a ele aumentar suas exportações bem como o fluxo de divisas estrangeiras para o país, aumentando sua importância na economia doméstica.

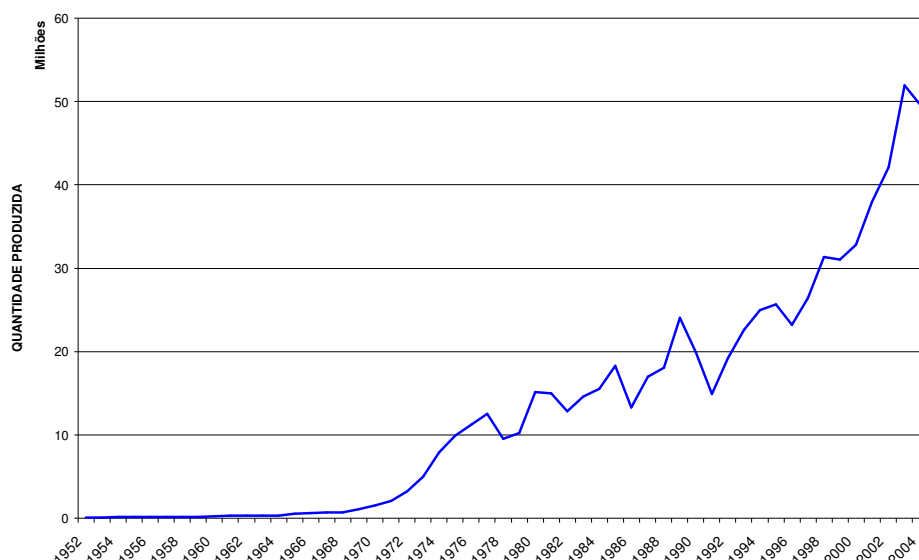


Figura 2: Produção de soja (milhões de toneladas/ano)
 Fonte: IPEA

1.2. Influência da soja no desenvolvimento do Brasil

A soja, inicialmente auxiliada pelo trigo, tem influenciado o ressurgimento da agricultura comercial no Brasil após o período do ciclo do café, contribuindo com as modificações e evoluções do sistema econômico e social do país. Ela auxilia na aceleração da mecanização das lavouras brasileiras, na profissionalização e incremento do comércio internacional, na modificação e enriquecimento da alimentação dos brasileiros, e na tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho). Além disso, tem contribuído para a aceleração da urbanização do país e interiorização da população brasileira (excessivamente concentrada no Sul, Sudeste e litoral) à medida que sua fronteira de produção vai se expandindo, favorecendo a expansão do progresso e do desenvolvimento em regiões menos valorizadas. Isto faz ampliar cidades do meio rural e transformar pequenos conglomerados urbanos, gerando novos mercados consumidores, e contribuindo, de certa forma, para o desenvolvimento da sociedade, assim como impulsiona e interioriza, também, a agroindústria nacional, favorecendo o deslanche de outras atividades como a avicultura e a suinocultura brasileiras.

Isso gera uma nova mobilidade geográfica no território brasileiro que é influenciada pelos novos *fronts* agrícolas, e estes caracterizam regiões altamente modernizadas e especializadas, produtoras de *commodities* (sobretudo soja), mais distantes dos portos do que as regiões sojícolas mais antigas (mais interiorizadas).

A ocupação de novas áreas como os cerrados do Centro-Oeste, Triângulo Mineiro, Rondônia, Oeste da Bahia, e sul do Maranhão e do Piauí, além de mobilizar todo um aparato tecnológico para a produção (novos cultivares, técnicas de manejo do solo, maquinário e insumos agrícolas), tem provocado uma profunda transformação na organização do território, sobretudo em termos de transportes e comunicações, o que provoca o desenvolvimento do país e evidencia o seu progresso.

A busca por uma agricultura competitiva tem gerado uma sofisticação, à custa de grandes investimentos do Estado, dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação entre as grandes empresas das cadeias produtivas e de distribuição; enclaves de modernização; surgimento de empresas de consultoria especializadas em produção; logística e transporte agrícola; grande

demanda por bens científicos; novo perfil do trabalho no campo, e informacionalização da produção agrícola (agricultura de precisão, monitoramento agrícola por sensoriamento remoto orbital), o que estimula o desenvolvimento de outras atividades (CASTILHO; VENCOVSKY, 2004, p. 01).

Desta forma, uma nova organização do território se estabelece, muito mais vulnerável às oscilações do mercado internacional, em que se reconhece uma tendência à especialização funcional da produção agrícola, tendo o novo sistema de produção, voltado à exportação, se caracterizado por uma crescente racionalidade instrumental, demandando, por um lado, investimentos públicos e privados em grandes sistemas de engenharia, em todos os modais de transporte e nas redes de telecomunicações, e, por outro, na implementação de uma nova organização, pautada na logística empresarial, adotada pelas grandes empresas em suas estratégias intra-setoriais, inter-setoriais e territoriais. Isso é de suma importância para o progresso técnico do país em vistas ao seu desenvolvimento, à geração de novos empregos, e à minimização das diferenças econômicas deste em relação aos países desenvolvidos.

O cenário agrícola internacional dos últimos quinze anos tem sido caracterizado pela ocorrência de acentuadas mudanças nas políticas agrícolas e macroeconômicas no Brasil e nos demais países emergentes (RODRIGUES, 2005, p. 3), as quais visam obter ganhos de eficiência, aumento da produção e crescimento da renda nos países, e provocar uma melhoria no comércio agrícola mundial.

Porém, o dinamismo da agricultura e a busca por aumento da competitividade têm levado os países produtores a adotarem práticas que os beneficiem, porém, que muitas vezes não favoreçam o comércio mundial, como seria o ideal.

Estas práticas têm sido muito discutidas e criticadas, pois elas levam à proteção da produção doméstica através de barreiras ao comércio, gerando inconvenientes ao crescimento do fluxo de bens e serviços, o que acaba por prejudicar muitos países.

2. Políticas agrícolas e o desempenho do setor

Após o abandono das políticas de substituição de importações no Brasil, ao final dos anos oitenta, o governo adotou uma ampla série de reformas que permitiu à agricultura crescer rapidamente a partir da década seguinte (SPA/MAPA, 2005, p. 6).

A partir destas reformas, tais como a estabilização macroeconômica com a introdução do Plano Real, que beneficiou a agricultura através do aumento das exportações em virtude da desvalorização da moeda, a desregulamentação de mercados domésticos, o estabelecimento de uma união aduaneira – o Mercosul, a liberalização do comércio através de cortes tarifários à importação, e a eliminação de barreiras não-tarifárias ao comércio, o Brasil passou a reduzir o apoio concedido a seus agricultores, pois as reformas adotadas permitiram ao setor desenvolver-se via aumentos de produtividade e menores preços de insumos importados, não havendo necessidade de maiores intervenções para promover o crescimento agrícola.

Contudo, as barreiras ao comércio não foram eliminadas em todos os países, ocasionando um menor fluxo comercial e uma maior capacidade das políticas de apoio à produção em distorcer os preços nos mercados internacionais, o que subvalorizava o investimento agrícola, principalmente nos países em desenvolvimento, prejudicando-os.

A partir de então, começou a surgir um movimento em sentido à liberalização do comércio mundial, visando aperfeiçoar o fluxo comercial entre os países e beneficiar a todos, sem gerar privilégios. A Organização Mundial de Comércio (OMC) fixou então um acordo na

Rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), em 1994, visando estabelecer a regulamentação de políticas domésticas dos governos nacionais com influência no comércio internacional, para melhorar o fluxo comercial entre os países.

O GATT na forma de 1994 (GATT 94) é o acordo mais importante sobre o Comércio. Suas regulamentações básicas se baseiam na Regra da Nação Mais Favorecida que visa a diminuir medidas protecionistas até chegar ao comércio totalmente livre. Em relação ao setor agrícola, na Rodada Uruguai, os países signatários se responsabilizaram a diminuir as medidas de apoio à agricultura, como forma de reduzir as tarifas alfandegárias e/ou remover as barreiras não tarifárias. No caso dos países desenvolvidos, houve o compromisso de, num período de seis anos, reduzirem o valor agregado das medidas de apoio em 20% e, em relação aos países em desenvolvimento, esse compromisso de redução foi estipulado em 14% em dez anos (KALLABIS, 2006).

Porém, as regras do GATT nunca foram rigidamente implementadas quando os interesses dos países mais avançados estavam em risco.

O discurso da liberalização comercial por parte das nações desenvolvidas, está em desacordo com a adoção de práticas intervencionistas, em setores mais sensíveis à concorrência internacional e, continuamente, os produtos agrícolas têm sido alvo de subsídio. O resultado disso é que países em desenvolvimento estão seriamente sendo afetados nas transações comerciais (EMBRAPA, 2006).

O argumento recorrente é que, sendo a agricultura um setor relativamente frágil, e ao mesmo tempo estratégico, se faz necessária uma ação protetora do Estado. Além disso, há também a questão da segurança alimentar, que é também uma alegação para a proteção, traduzida na independência de fontes externas, no que se refere ao abastecimento de alimentos (EMBRAPA, 2006).

Verifica-se assim que, embora as políticas de controle e regulamentação do comércio mundial existam, estas não têm sido austeras no combate a alguns tipos de barreiras, a saber, as barreiras não tarifárias. Estas são de difícil controle, devendo-se, portanto, criar mecanismos de acordos mais eficientes entre os países, para que haja melhora nos fluxos de comércio, promovendo maiores benefícios principalmente aos países em desenvolvimento que não têm condições de competir com os países que promovem a proteção à agricultura.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento do comércio no Brasil o maior problema que se tem registrado em relação ao setor agrícola é a restrição à expansão do agronegócio devido às deficiências existentes quanto à infra-estrutura, à existência de terras ociosas e ao fato de se postergar a reforma agrária, necessária para apoiar a eficiência e a equidade, tanto da distribuição de renda no setor quanto da riqueza no país. O problema é ainda agravado pela escassez de recursos do governo federal destinados ao investimento, o que restringe a adoção de medidas para corrigir as distorções no setor. (MUELLER, 2005, p. 34).

Desta forma, o desenvolvimento do comércio é limitado havendo restrições ao crescimento da eficiência no setor, que poderia ter uma melhor atuação caso houvesse a eliminação destes gargalos e também a realização de pressão efetiva para assegurar a expansão de mercados externos.

Outro gargalo identificado relaciona-se à questão logística, tendo as exportações encontrado dificuldades de escoação da produção.

O Porto de Paranaguá, situado na costa leste do Paraná, é um importante Corredor de Exportação, porém, apresenta problemas de insuficiência de locais para armazenagem de grãos a granel, que dêem suporte às exportações, e praticamente não há mais áreas na região metropolitana para a construção de novas estruturas graneleiras. Essa deficiência da capacidade

de recepção nos terminais do Corredor acaba por limitar de certa forma o comércio, já que não possui suporte para armazenar e posteriormente escoar toda a produção. O maior problema se dá principalmente nas épocas de picos das safras, quando chegam à cidade de Paranaguá aproximadamente três mil caminhões por dia, quantidade excessiva em relação à capacidade que o Porto possui para descarregar a carga, que é de 1,8 mil carretas/dia (DIAS, 2005, p. 12).

Os gargalos no canal logístico se dão pela capacidade saturada de armazenamento de grãos no Corredor de Exportação, além da deficiência de acesso ao porto, e dos altos prejuízos decorrentes dessas circunstâncias (DIAS, 2005, p. 13).

A infra-estrutura no setor agrário e de exportação se constitui no principal problema condicionante do crescimento do comércio brasileiro. Mesmo havendo preocupações por parte das autoridades em relação à questão agrária e ao canal de exportações, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pouco se tem feito para solucionar os problemas enfrentados.

Os baixos recursos do governo destinados à eliminação destes gargalos não permite que se obtenham resultados num prazo tão curto de tempo, sendo estes problemas que só seriam eliminados com a introdução de novas políticas internas que favorecessem o deslanche da produção e do comércio.

Como se pode verificar, além das políticas praticadas pelos países, que restringem a expansão da produção doméstica por limitar a capacidade de exportação prejudicando o setor, ainda existe fatores internos que dificultam a expansão da produção.

Durante o início da expansão da produção de soja no Brasil, esta pôde contar com um maciço apoio governamental na pesquisa e no desenvolvimento, consolidando a produção, porém este apoio foi sendo reduzido gradativamente, e não houve o mesmo apoio na comercialização, emergindo daí os problemas de competição no mercado internacional.

Desta forma, torna-se fundamental, além da introdução de novos incentivos governamentais, que os produtores invistam em melhorias da produção e produtividade, a fim de ganhar mercados via aumento da competitividade qualitativa, dando continuidade à expansão da produção e do comércio do Brasil.

3. A competitividade da soja

3.1. A importância das inovações

No caso da soja, assim como para o caso de outras commodities, a concorrência e competitividade não surgem de forma espontânea e estas dependem de modo crucial da adequação das condições ambientais para o cultivo (como cultivo do solo, clima, etc.), além das medidas de política econômica que dêem sustentabilidade ao setor.

A competitividade, portanto, é determinada por fatores sistêmicos, relacionados ao ambiente macroeconômico, político, social, legal, internacional e à infra-estrutura; por fatores estruturais que diz respeito ao mercado (formação e estruturação da oferta e demanda), à estrutura da cadeia produtiva, aos concorrentes e à cooperação na relação de comércio; e por fatores internos que determinam a ação da empresa e o potencial para concorrer no mercado, a capacidade de gerenciamento do negócio, a inovação do processo produtivo, o acesso à informação e sua relação com os clientes.

Verifica-se então que a competitividade pode ser entendida como a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado, sendo esta permitida pela inovação.

O sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais, como, por exemplo, custo e/ou preço mais baixo, melhor qualidade, maior habilidade de servir à clientela, etc.

Os mercados buscam constantes reduções de custos da produção da *commodity* (produto padronizado, de baixo valor agregado e que enfrenta excesso de oferta mundial e estagnação de mercados) para obter níveis elevados de eficiência produtiva, tanto em qualidade quanto em *quantum*, atendendo adequadamente às necessidades do mercado interno e obtendo resultados positivos no mercado externo, frente à competitividade.

A mensuração da produtividade é uma questão crítica para a compreensão do crescimento da agricultura, havendo a necessidade, toda vez que os dados permitirem, de se estabelecerem medidas de produtividade baseadas na produtividade total dos fatores (PTF), e não meramente nas produtividades parciais, como a da terra e a do trabalho. A melhor medida de produtividade é a que compara o produto com o uso combinado de todos os recursos sendo a produtividade total dos fatores é interpretada como o aumento da quantidade de produto. Este não é explicado pelo aumento da quantidade dos insumos, mas sim pelos seus ganhos de produtividade, representando uma relação entre um índice de produto total e um índice de insumo total (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2000, p. 10). A relação entre produtividade e transformação estrutural não poderia ser analisada tomando-se simplesmente as produtividades parciais dos fatores, pois estas não incorporam o conjunto de alterações que ocorrem. Essas alterações somente conseguem ser captadas em sua plenitude quando são utilizados índices que expressem a produtividade total dos fatores.

Desta forma, para aumentar a produtividade, visando a redução de custos e o aumento da PTF, o melhor instrumento a ser utilizado é o incremento da tecnologia como fator de mudança estrutural da agricultura e fonte de especialização desta, além dos ganhos de escala e aumento da produtividade dos insumos, que também elevam a produtividade total. Procura-se assim trazer informações adicionais sobre as transformações ocorridas na agricultura, objetivando a inovação em prol da melhoria da qualidade e quantidade produzidas, conquistando maior parcela do mercado na comercialização mundial.

Em vista disto o processo de modernização da agricultura brasileira emergiu já na segunda metade da década de sessenta e seus princípios baseavam-se na diversificação e aumento da produção, visando a enfrentar os desafios da industrialização e da urbanização aceleradas, e na necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais, com transformações da base técnica da agricultura brasileira.

A partir dessa mudança na base técnica, a reprodução da agricultura passou a depender cada vez menos dos recursos naturais e mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria.

Contudo, para que ocorresse a evolução tanto da atividade agrícola quanto da atividade industrial, foi necessário que se promovesse uma inovação do processo produtivo, com renovação da estrutura de produção, o que levaria ao aprimoramento e qualificação dos bens produzidos reduzindo-se os custos, levando a maiores lucros, aumentando-se a demanda, e favorecendo a inserção do produto doméstico no comércio mundial.

Este processo inovativo promoveu o desenvolvimento da atividade, mostrando-se necessário dar continuidade às transformações na dinâmica da agricultura, para que se mantivesse o crescimento e a competitividade nacional.

Joseph Schumpeter é defensor desta idéia, e aborda a teoria de que a inovação cria uma ruptura no sistema econômico, revolucionando as estruturas produtivas e criando fontes de diferenciação, vitais para o desenvolvimento econômico, fugindo ao equilíbrio estático e

possibilitando o ensejo à expansão econômica, abrindo espaço ao desenvolvimento, progresso e evolução (CÁRIO; PEREIRA, 2002, p. 02).

Segundo ele, a economia da inovação tem como principal objeto de estudo as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nas cadeias produtivas para fazerem frente à concorrência e acumularem riquezas.

Este processo de mudança tecnológica ocorre, portanto, como resultado do esforço dos produtores em investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e na incorporação posterior de seus resultados em novos produtos, processos e formas organizacionais, as quais, por sua vez, conduzem a uma atividade produtiva de maior eficiência e qualificação, levando o setor a desenvolver-se mais rapidamente e obter melhores resultados de lucros e expansão da oferta dos bens.

As atividades de pesquisa geram um conhecimento, que é um bem de informação que deve ser constantemente estimulado e que pode ser obtido entre os agentes de forma igualitária, sem custos derivados de investimentos passados ou decorrentes das experimentações realizadas pelas empresas, devido à concorrência perfeita entre os agentes que pressupõe o livre acesso às informações. Através destes conhecimentos é possível criar novas bases de diferenciação da atividade produtiva, com a aplicação na prática, daquilo que a teoria revela ser fonte de elevação da produtividade, resultantes dos investimentos em P&D.

Além disso, a empresa que atua em um mercado concorrencial e não possui poder de fixação de preços, tendo seu lucro gerado com base no preço de mercado, abaixo daquele gerado se houvesse monopólio produtivo, necessita da criação de mecanismos que ampliem sua margem de lucros e estes podem ser obtidos através da introdução de inovações permanentes, que reduzem os custos produtivos, gerando ganhos de produtividade, sendo, portanto, altamente atrativa e importante a utilização de P&D para gerar inovação da produção e ampliação da base tecnológica na atividade produtiva.

Estas transformações devem ser permanentes já que o “lucro do inovador” decorrente do investimento inovativo tende a ser gradativamente eliminado, em proporção inversa ao crescimento do número de imitadores, ou seja, daqueles que ao invés de investir em P&D, apenas imitam o processo inovativo de outras empresas que obtiveram êxito com a tomada de decisão, não incorrendo em custos de pesquisas (RAMOS; REYDON. et all, 1995, p. 70). Assim, o lucro é um ganho transitório do inovador que tende a ser eliminado pela competição ao longo de um período de tempo, promovendo um retorno ao estado de equilíbrio de concorrência perfeita (LEMOS, 1995, p. 70).

Portanto, através das transformações permanentes, as empresas passam a concorrer entre si e o empresário inovador, através de uma nova combinação de fatores, é capaz de criar ou conquistar novos mercados permitido pelo aumento da capacidade empresarial de estabelecer algum tipo de liderança de vendas gerada pela redução dos custos, sendo que a P&D permite financiar a queda no custo unitário, elevando a competitividade e a lucratividade das empresas.

No âmbito tecnológico, a empresa que opera com equipamentos e instalações tecnologicamente defasados apresenta deficiências nas tecnologias de processo, exibe atraso quanto às tecnologias de produto e destina pequena fração do faturamento à P&D. Demonstra ainda, limitada difusão dos sistemas de gestão de qualidade tanto de produtos quanto de processos de produção, apresentando relativa lentidão na adoção das inovações gerenciais e organizacionais, o que prejudica a sua capacidade de competir pelo mercado, frente aos novos lançamentos, sofisticação, qualidade e diversidade dos bens ofertados, tornando-se pouco competitivo, o que prejudica a sua posição no mercado, reduzindo seu *market share*.

Portanto, os padrões mundiais de produção, difusão e comercialização de tecnologias subjacentes à competitividade da indústria vêm mudando muito mais rapidamente que em

décadas anteriores, em função da busca do empresário em ampliar sua competitividade, e estas mudanças, além de aprofundar a eficiência dos processos, têm diminuído o tempo entre grandes descontinuidades tecnológicas, reduzido o ciclo de vida de novos produtos, e ampliado a diversidade de pequenas diferenciações de produtos. Ao mesmo tempo, tais mudanças centradas em produtos e em processos, têm sido direcionadas à redução de custos por unidade de produto, favorecendo a lucratividade dos empresários empreendedores.

A inovação tornou-se então, característica marcante nos países avançados e ela passou a ser vista como um dos componentes fundamentais no novo desenho da estratégia competitiva industrial, tendo se concentrado nas novas áreas de tecnologia genérica (tecnologia de informação e comunicação, biotecnologia e materiais avançados).

Os setores com capacidade competitiva apresentam, em geral, níveis elevados de eficiência produtiva e excelente desempenho no comércio externo. Além de se beneficiarem da ampla base de recursos disponíveis no país, possuem boa capacidade de gestão de processos, escalas técnicas adequadas e elevado grau de atualização tecnológica de equipamentos. A capacitação competitiva desses setores, entretanto, está concentrada principalmente em *commodities*, produtos padronizados de baixo valor agregado e que enfrentam excesso de oferta mundial e estagnação de mercados, o que significa preços declinantes no mercado internacional, onde a expansão externa também é dificultada pelo processo de ampliação das barreiras técnicas ao comércio por parte dos principais mercados.

Isso induz a essencialidade de se difundir a inovação em prol da melhoria da capacidade competitiva, elevando-se a produtividade dos fatores para que haja redução de custos e aumento do crescimento da produção, o que pode dar-se tanto pelo incremento do uso de fatores de produção, quanto da produtividade desses fatores.

Em vista disto, o Brasil vem investindo em novas tecnologias e obtendo bons resultados de produção da soja, tornando-se mais competitivo e ganhando mercado. Seu potencial competitivo, juntamente com o aumento da demanda fez esta atividade desenvolver-se, aumentando as exportações e mantendo boas perspectivas de crescimento.

A produção, desta forma, cresceu consideravelmente, passando de 1,5 milhões de toneladas em 1970 para 15 milhões em 1980, 20 milhões em 1990, e 32,8 milhões em 2000, como pode ser verificado na figura 3, o que representou um aumento em torno de 2.186% em apenas três décadas (IPEADATA, 2006).

A partir da década de 70 o estímulo à produção via preços cresceu, devido às condições favoráveis no mercado internacional, bem como cresceram os incentivos pelas políticas agrícolas que ganharam maior importância na pauta das decisões governamentais. A demanda foi influenciada pela intensificação da criação de rebanhos em confinamento, principalmente o rebanho bovino na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o que exigia um maior teor de proteínas na ração animal, que poderiam ser obtidas a partir do farelo da soja (VASCONCELOS, 1994, p. 9) e, com isso, a demanda externa passou a crescer em maior escala, promovendo o crescimento das exportações.

O total de grãos exportados, nos últimos anos, apresentou um crescimento de 168,9% entre as safras de 1997/98 e 2005/2006, como pode ser visualizado na tabela 1.

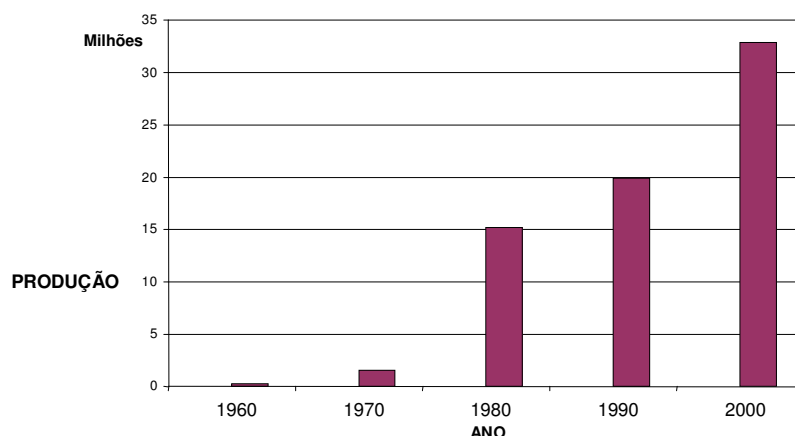


Figura 3: Produção de soja em grão (toneladas)
Fonte: IPEA

Tabela 1: Oferta e demanda de soja em grão no Brasil

Balanco Oferta e Demanda no Brasil para o complexo soja – grão em 1000 toneladas - nos dez últimos anos comerciais (fevereiro/janeiro).										
GRÃO	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07(p)
Produção	27.327	32.665	31.377	34.127	39.058	42.769	51.875	50.085	53.053	55.700
Importação	1.453	355	615	799	849	1.100	1.124	364	352	100
Sementes - Perdas/Front.	1.600	1.600	1.600	1.600	1.700	2.000	2.500	2.650	2.700	2.500
Exportação	8.326	9.324	8.912	11.778	15.522	16.074	19.987	18.952	22.389	25.200
Processamento	18.944	21.832	21.645	21.578	22.773	25.842	27.796	28.914	29.728	27.800

Este crescimento das exportações brasileiras representou um grande aumento da entrada de divisas, tendo havido um crescimento da receita total bruta, de 1992 a 2005, de 351,26% (ABIOVE, 2006).

A figura 4 apresenta a evolução das receitas do complexo soja com tendência ascendente desde a metade da década de noventa. Comparativamente ao total das receitas cambiais brasileiras, este apresenta tendência oscilante ao longo do período, atingindo um pico de cerca de 11% do total das receitas de exportações, como pode ser visualizado na figura 5, o que representa um grande percentual do total das fontes geradoras de divisas ao país, configurando grande importância da produção doméstica de soja.

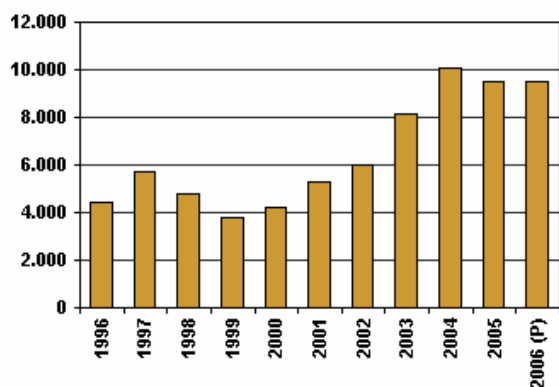


Figura 4: Receitas do Complexo Soja (em milhões US\$)

Fonte: ABIOVE

Nota: (P) Previsão Abiove para o ano comercial (fev/jan)

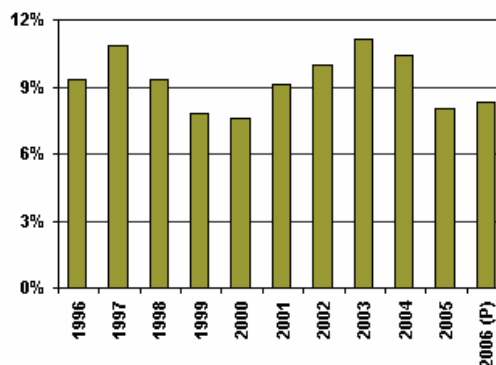


Figura 5: Participação do Complexo Soja no total das receitas cambiais

Fonte: ABIOVE

Nota: (P) Previsão Abiove para o ano comercial (fev/jan)

3.2. Dinâmica dos preços nas exportações

Na maioria das *commodities* agrícolas, o preço do bem é influenciado pelas variações que ocorrem no mercado internacional devido à comercialização mundial, havendo uma relação entre os preços domésticos e a cotação nas bolsas de mercadorias e futuros, que determina a quantidade ofertada internamente.

Na década de setenta, quando o comércio internacional da soja passou a expandir-se, a cotação do grão era determinada na Bolsa de Rotterdam. Durante esse período, os estoques mundiais de soja ainda eram muito baixos, mas o interesse pelo grão já começava a gerar expectativas de crescimento dos preços, devido ao contexto internacional que evidenciava um considerável crescimento do rebanho bovino na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e a intensificação da criação de rebanhos no sistema de confinamento. Este requeria uma alimentação rica em proteínas, as quais poderiam ser obtidas através do farelo da soja, em substituição à farinha de peixe até então muito utilizada que, porém, apresentava redução de oferta no período 1972/73 (VASCONCELOS, 1994, p.26).

Além disso, a União Soviética estava entrando no mercado como um potencial consumidor do produto, o que elevava a demanda, enquanto, em contraposição, a oferta havia caído devido à queda da produção dos Estados Unidos, em consequência de fatores climáticos, que provocaram a quebra da safra de 1972/73, e obrigaram o governo americano a restringir a exportação do produto.

Estes fatores conjugados promoveriam em seguida, um aumento da cotação na bolsa, gerando interesse nos países agroexportadores a cultivarem o produto em função da lucratividade.

Durante os primeiros anos da década de oitenta, houve uma oscilação dos preços, com uma tendência positiva da cotação para o grão e o óleo de soja, enquanto o farelo decaía, recuperando-se ao final do período (VASCONCELOS, 1994, p. 28).

No início da década seguinte a situação inverteu-se, havendo uma boa cotação do farelo e do grão, enquanto o óleo da soja apresentava-se instável, porém com recuperação logo em seguida devido às perspectivas de seca nos Estados Unidos, à redução dos embarques argentinos, e ao aumento do consumo da Comunidade Econômica dos Estados Independentes (VASCONCELOS, 1994, p. 28).

Amplia-se assim a produção mundial, em um contexto em que os preços mostram tendência sempre crescente, tendo as expectativas e movimentações do mercado passado a serem refletidas na Chicago Board of Trade (CBOT), e esta passa a exercer importante papel na referência dos preços do mercado mundial (MARGARIDO; SOUZA, 1998, p. 53).

O Brasil tornou-se, portanto, tomador de preços no mercado externo, o qual opera com a dedução dos custos de transporte, armazenamento e impostos relativos ao grão (MAFIOLETTI, 2000, pp. 20) envolvendo também, no processo de formação e determinação dos preços, diversos outros fatores que levam em conta a variação do seu comportamento tanto ao nível do produtor quanto do consumidor ou do intermediário, tais como mudanças tecnológicas, financiamento, clima, variações na renda e no custo dos insumos, etc.

A partir da década de setenta, quando a soja tornou-se comercialmente importante, os preços internos começaram a subir, influenciados pela variação nas bolsas do mercado internacional, havendo um pico de preço em junho de 1973, igual a UU\$ 431,00 com oscilações posteriores em função da sazonalidade, conforme pode ser visto na figura abaixo.

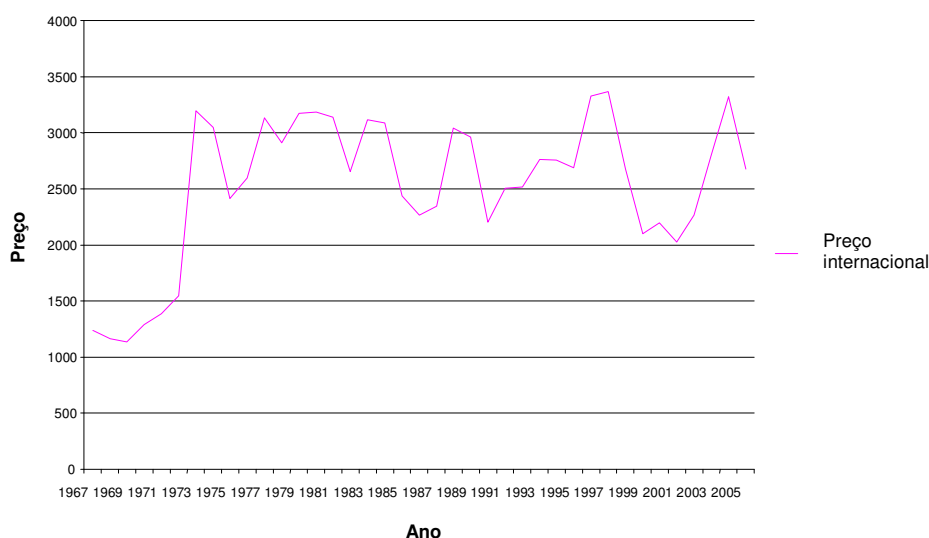


Figura 6: Cotação internacional da soja em grãos (UU\$)
Fonte: IPEADATA

Em 1996 o governo promoveu a isenção total do ICMS, sobre a exportação de produtos primários, o que gerou um brusco aumento nas quantidades exportadas de grão, em detrimento das exportações de óleo e farelo (MAFIOLETTI, 2000, p. 43).

Esta medida afetou o mercado de soja em grãos pelo aumento do preço pago ao produtor, como pode ser visualizado na figura 7, e também pelo aumento das margens dos exportadores.

O preço de venda, porém, não sofre grandes variações, por ser cotado mercado internacional, tendo apresentado queda em 1998/99, voltando a crescer nos anos posteriores.

Como as ofertas dos derivados estão intimamente ligadas umas às outras (o esmagamento do grão produz farelo e óleo em proporções fixas, iguais a 78% e 20% respectivamente, determinando a oferta de cada subproduto, em função da quantidade ofertada de grão, descontada a pequena quantidade utilizada como semente fora do processo de esmagamento), ao elevar o preço do grão, todo o complexo soja acompanha a elevação dos preços.

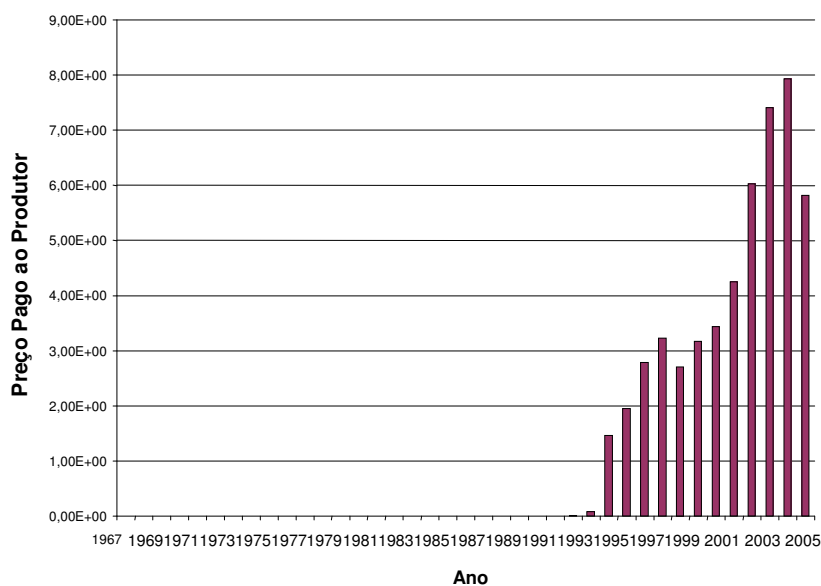


Figura 7: Preço médio recebido pelo produtor (em Kg)
Fonte: IPEADATA

Em 1993, o preço da soja em grãos recebido pelo produtor era de, em média, R\$ 0,072, tendo aumentado nos anos subseqüentes, chegando a R\$ 2,78 em 1996, ascendendo em tendência progressiva, atingindo um pico em 2004 de R\$ 7,93, e voltando a cair em 2005, fechando o ano com uma média de R\$ 5,81.

Isto influenciou os produtores a investirem mais no setor, visando uma maior lucratividade, o que configurou mais um fator de incentivo à produção de soja, ampliando a fronteira agrícola do país, e favorecendo a entrada de divisas.

Em 2005, as exportações brasileiras corresponderam a um valor recorde de UU\$ 118,3 bilhões em divisas, gerando um aumento de 20,4% do total exportado sobre 2004, elevando o superávit em 33%, segundo dados da SECEX. As exportações do complexo soja totalizaram um valor de UU\$ 9.477 milhões, correspondendo a 8% da participação total do mercado nas exportações. Dentre a soma de exportação de algumas *commodities* como celulose, carne, soja, café, alumínio, fumo, couro, petróleo, suco de laranja, e açúcar, que totalizaram UU\$ 40.300.840.025, a soja corresponde a UU\$ 9.476.727.127, equivalente a uma participação de 23,51% deste grupo de *commodities*.

Com isso, demonstra-se a considerável importância da soja na pauta das exportações brasileiras, a qual ajuda a elevar o nível de atividade da agropecuária, promovendo o incentivo à produção, bem como a entrada de divisas ao país.

Considerações finais

Este artigo procurou analisar a evolução da produção de soja no Brasil, bem como as possibilidades de sua inserção competitiva no mercado internacional, tendo como objetivos específicos a análise dos fatores que proporcionam o crescimento do setor, a avaliação do grau de competitividade e de inserção no mercado, análise das políticas adotadas no setor agrícola, e avaliação da participação do comércio de soja quanto à geração de divisas para o Brasil.

O primeiro tópico procurou demonstrar a evolução da cultura da soja e o crescimento da sua importância para o comércio mundial, bem como o crescimento da produção no Brasil, influenciada pela queda da produção cafeeira. O segundo discorreu sobre as políticas agrícolas adotadas no Brasil e no mundo, que influenciaram na comercialização mundial do produto. Por fim, o terceiro tópico buscou demonstrar a importância das inovações frente à competitividade mundial, e a influência do preço internacional da soja na geração de divisas ao país.

Através destas análises pôde-se verificar que a atividade tem se difundido no Brasil, e tem se desenvolvido com ganhos de produtividade e tecnificação da produção cada vez mais acentuada, a fim de se manter um alto grau de competitividade. Isto pode ser verificado através dos dados de produção e exportação do Brasil, que cresceram progressivamente até 2005, proporcionando uma maior entrada de divisas ao país.

A produção de soja nacional apresentou um crescimento de 2.186% nas últimas três décadas, o que demonstra ter havido um forte estímulo à produção neste período, gerando progresso da atividade e proporcionando o desenvolvimento do setor e demais setores a ele interligados. Além disso, houve também uma expansão da fronteira agrícola e da produtividade, o que se deu pelas melhorias no processo produtivo bem como pelas novas políticas de incentivos do governo à atividade rural.

Sua inserção competitiva no mercado internacional foi favorecida pelo incremento de produtividade, que gerou maiores ganhos produtivos e uma maior parcela do *share* de mercado, através de aumentos de exportação.

Atualmente, o complexo soja representa 8% do total das exportações brasileiras, configurando grande importância à atividade, e gerando incentivos à produção para promover a entrada de divisas. Como a utilização da soja já se difundiu entre diversos ramos da indústria alimentícia, farmacêutica, e siderúrgica, sua demanda tem crescido, demonstrando viabilidade ao incremento da atividade produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROMIL – Cultura da Soja. Dados sobre a origem da produção de soja no Brasil e no mundo. Disponível em: <www.agromil.com.br/3mil/soja.htm#importancia> Acesso em: 20 set. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE). Fonte de dados sobre exportação, oferta, demanda e receitas do complexo soja. Disponível em: <www.abiove.com.br> Acesso em: 23 out. 2006.

ABREU, M. P. (Organizador), **A Ordem do Progresso – Cem anos de Política econômica Republicana, 1889 – 1989**, 17ª ed., Rio de Janeiro, 1990, p. 123 – 384.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Fonte de dados acerca dos recursos creditícios concedidos ao setor rural. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em: 05 nov. 2006.

BARRETO, M. C., **Protecionismo Agrícola**, EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Informações acerca do histórico da cultura da soja no Brasil. Disponível em: <http://www.cpaefap.embrapa.br/inftecnicas/artigos/Protecionismo%20Agricola%2029_12_05.pdf> Acesso em: 19 mai. 2006.

CAMARGO NETO, P. de. **A soja na OMC e o protecionismo dos Grandes**. Ministério das Relações Exteriores. Noticiário: O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID> Acesso em: 12 nov. 2005.

CÁRIO, S. A. F. ; PEREIRA, F. F. C., **Inovação e desenvolvimento capitalista: contribuições de Schumpeter e dos neo-schumpeterianos para uma teoria econômica dinâmica**. Revista de Ciências Humanas Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, V. 7, n 01, 2002, p. 81-102.

CASTILLO, R.; VENCovsky, V. P., **A soja nos cerrados brasileiros: novas regiões, novo sistema de movimentos**, 2004, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200404/reportagens/16.shtml>> Acesso em: 27 set. 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Fonte de dados acerca da produção, produtividade e área plantada com soja. Disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em: 06 nov. 2005.

COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**, 3ª ed., Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas Unicamp, 1995, p. 1 - 287.

DIAS, A., **A inserção da Conab na logística das exportações de grãos**, Revista de Política Agrícola, Abr/Mai/Jun, Ano IV, nº 2 - 2005, p. 6 – 17.

DIRETORIA DE AGRONEGÓCIO DO BANCO DO BRASIL, **Evolução histórica do crédito Rural**, Revista de Política Agrícola, Out/Nov/Dez – 2004, p. 10 – 20.

FERRAZ, J. C., KUPFER, D., HAGUENAUER, L. **Made In Brazil – Desafios Competitivos para a Indústria**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1 – 75.

GASQUES, J. G. e CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações na Agricultura e Políticas Públicas**, 1ª ed., Brasília, IPEA, 2001, 1 - 32.

GRAZIANO, J. R. **Manual Técnico das Culturas – CATI**, 2ª ed., Graça D'Auria, 1997, p. 457 - 516.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fonte de dados. Disponível em: <www.ibge.gov.br/sidra> Acesso em: 25 jul. 2006.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Fonte de dados. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br> Acesso em: 05 ago. 2006.

IPEADATA, Fonte de dados sobre preços da soja. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso: 15 set. 2006.

KALLABIS, R. P., **Países em desenvolvimento e a organização mundial de comércio**. Disponível em: <<http://www.jubileubrasil.org.br/artigos/ritapetra.htm>> Acesso em: 14/04/2006.

KUPFER, D. e HASENCLEVER, L., **Economia Industrial – Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**, 2ª ed., Campus, 2002, p. 129-146.

LEMOs, M. B., **Agropecuária e Agroindústria no Brasil – Ajuste, Situação Atual e Perspectivas**, in RAMOS, P.; Reydon, B. P. (Coord.), Campinas: Abra, 1995, p. 69 - 102.

MAFIOLETTI, R. L. **Formação de Preços na Cadeia Agroindustrial da Soja na década de 90**. Tese de mestrado da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, 2000, p. 1 - 86.

MARGARIDO, M. A., FERNANDES, J. M. e TUROLLA, F. A. **Análise da formação de preços no mercado internacional de soja: o caso do Brasil**, São Paulo, 2002, p. 47 - 85.

MAZZALI, L., **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**, São Paulo, UNESP 2000, p. 17 - 68.

MONTAÑO – VELASCO, J. C. **Análise genética de progênies F₃ de soja derivadas de cruzamentos em cadeia com ênfase na produção de óleo**. Piracicaba, Tese (doutorado em genética e melhoramento de plantas). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, 1994, p. 92.

MUELLER, C. C., **Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula**, Revista de Política Agrícola, Abr/Mai/Jun – 2005, p. 3.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (SPA/MAPA), **Análise das Políticas agrícolas do Brasil – Destaques e recomendações de políticas**, OCDE, Revista de Política Agrícola, Outubro/2005 (Edição especial), p. 5-16.

PAULA, S. R. de, FAVERET, P. **Panorama do Complexo Soja**. Disponível em: <www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/agroind/soja/>

Acesso em: 23/09/2005.

RODRIGUES, R., **A agricultura brasileira aos olhos do mundo**, Revista de Política Agrícola, Outubro/2005 (Edição especial), p. 3.

SOUSA, E. L. L. de; MARGARIDO, M. A. **Formação de Preços da Soja no Brasil.**, São Paulo, 1998, p. 45-61.

VASCONCELOS, M. F. S., **Competitividade do Comércio Internacional de Soja.** Tese de Mestrado da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", USP, 1994, p. 1- 33.

VICENTE, J. R., **Mudança tecnológica, de eficiência e produtividade total dos fatores na agricultura brasileira, 1970-95,** 2003, p. 1 - 2. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E30.pdf> Acesso em: 10 mai. 2006.